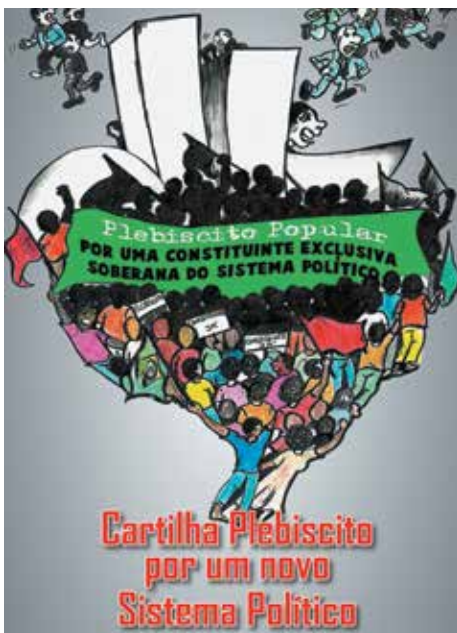


Movimentos sociais lançam plebiscito popular por reforma política

No dia 15 de novembro, data que marca a Proclamação da República, cerca de 100 organizações dos movimentos sociais, incluindo a FUP, CUT, CTB e outras entidades sindicais, lançaram em Brasília o plebiscito para que o povo brasileiro possa se posicionar sobre a eleição de uma Constituinte Exclusiva e Soberana para reformar o atual sistema político. A consulta à população será realizada em setembro do ano que vem, durante a Semana da Pátria (de 01 a 07/09), e terá uma única pergunta: “Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?”.

A expectativa é que o plebiscito seja tão amplo quanto o que se posicionou sobre a Alca, em 2002, quando mais de 10 milhões de brasileiros disseram não ao acordo comercial que os Estados Unidos tentaram impor ao país e, em função da manifestação popular, foi sepultado no governo Lula. Agora, os movimentos sociais voltam a se mobilizar para criar comitês regionais e outros fóruns de participação de forma a garantir um amplo debate com a sociedade sobre a importância de uma reforma política que permita a população influir efetivamente nas decisões do país.

Para que isso ocorra, é preciso construir uma estrutura política que garanta mecanismos de participação popular, asseguran-



Acesse na página da FUP a cartilha produzida pelos movimentos sociais explicando detalhadamente a importância da Constituinte Exclusiva: www.fup.org.br/2012/publicacoes/outras-publicacoes/2222214-plebiscito-popular

rando aos próprios cidadãos a possibilidade de convocar plebiscitos e referendos. Atualmente, só quem tem essa prerrogativa é o Congresso Nacional, cujos parlamentares, em sua grande maioria, estão a serviço de interesses próprios e corporativos. Por isso, é fundamental também ga-

rantir um novo sistema eleitoral que acabe de uma vez por todas com o financiamento privado de campanhas.

A Constituinte Exclusiva e Soberana defendida pelos movimentos sociais será composta por cidadãos eleitos exclusivamente para implementar uma reforma política ampla e democrática. Essa é uma tarefa que não pode ficar nas mãos do Congresso Nacional, cujos vícios e interesses conhecemos de cor. “O plebiscito popular luta por um sistema que efetivamente nos represente. Esse Congresso, branco, masculino e ligado aos empresários, não é o reflexo da população brasileira”, explica o secretário da Juventude da CUT, Alfredo Santos Júnior.

Além de ser deliberações congressuais da CUT, da CTB e de outras entidades sindicais, a reforma política, através da convocação de uma Constituinte Exclusiva, foi também proposta pela presidenta Dilma, em junho deste ano, em resposta às manifestações que tomaram as ruas do país. O PSDB, DEM, PMDB e demais partidos que temem mudanças no sistema político rechaçaram a proposta da presidenta. Essa é a hora dos trabalhadores voltarem às ruas e exigirem em alto e bom som uma reforma política com participação popular.

Sindicato dos Petroquímicos de Ipojuca é o mais novo afiliado da FUP

Os trabalhadores da Petroquímica Suape (PQS), subsidiária da Petrobrás em Pernambuco, aprovaram em assembléia no dia 30 de outubro a fundação do Sindicato dos Petroquímicos de Ipojuca, que já nasceu filiado à FUP e à CUT. O sindicato representa 350 trabalhadores da empresa, que começou a operar em março deste ano, com uma unidade de PTA - ácido tereftálico. A Petroquímica tem também mais duas outras unidades de produção, que estão em fase de conclusão e operando parcialmente: a de PET e de Polímeros e Filamentos de Poliéster.

Quando atingir seu pico de produção, a PQS

deverá empregar mais de 1.500 trabalhadores, entre próprios e terceirizados. No entanto, os trabalhadores já denunciam várias irregularidades em relação às condições de trabalho. Eles não têm um acordo coletivo, nem negociações com a PQS, sem falar que são expostos a jornadas extenuantes de trabalho, em turnos de revezamento de 12 horas, sem adicionais e sem HRA (Hora Remunerada de Almoço). Os petroquímicos também sofrem com condições insalubres e precárias de trabalho, além de tratamentos diferenciados nas unidades de produção.

Para se contrapor a essas situações e luta-

rem por um acordo coletivo que regularize regimes, jornadas e condições de trabalho, os petroquímicos de Suape começaram a se organizar para fundar o sindicato e agora lutam para que a PQS reconheça politicamente a entidade, enquanto aguardam os trâmites burocráticos do registro sindical. “Temos muito trabalho pela frente e precisamos do apoio de uma entidade classista, reconhecida nacionalmente, como a FUP”, destaca a coordenadora do Sindicato, Júlia Renvenuto. A FUP passa a representar agora três sindicatos de petroquímicos (PR, BA e Ipojuca), além de 15 sindicatos de petroleiros.

FUP e entidades ambientais denunciam riscos da exploração do xisto



Em audiência pública da ANP nesta quinta-feira, 21, a FUP e várias entidades ambientalistas se manifestaram contra a exploração do gás de xisto, cujos impactos sócioambientais são imensos. A FUP questiona também a correria e os atropelos da Agência para realizar a 12ª Rodada de Licitações, sem planejamento e sequer debates com a sociedade sobre uma atividade de alto risco, que tem sido combatida em diversas nações do mundo.

Para leiloar às pressas os 240 blocos de gás previstos para a 12ª Rodada, a ANP passou por cima até mesmo do Grupo de Trabalho interministerial de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás (GTPEG), que ainda está analisando os impactos e aspectos ambientais da exploração do gás de xisto. Em um parecer técnico de 49 páginas, o Grupo ressalta que foi surpreendido pela decisão publicada em Diário Oficial que autorizou a licitação de áreas que ainda estão sendo analisadas ambientalmente.

O GTPEG alertou que “mesmo em países com

forte demanda por fontes energéticas, os riscos e impactos têm levado a uma atitude de reserva, com proibição de exploração e produção ou com estabelecimento de moratórias para estas atividades”. O parecer do Grupo também questionou “a ausência de estudos ambientais preliminares e mesmo de conhecimento de importantes características geológicas das bacias sedimentares para as áreas ofertadas pela ANP”.

Ou seja, o documento deixa claro que a ANP primeiro oferta e depois procura saber os riscos envolvidos. Além dos riscos de contaminação de lençóis freáticos e tremores terrestres, a exploração do xisto expõe trabalhadores a jornadas abusivas, a riscos potenciais de acidentes e problemas crônicos de saúde. Além disso, vários blocos que serão licitados pela ANP estão próximos à comunidades indígenas isoladas e em sobreposição com importantes aquíferos, como o do Paraná e o de Parecis, em Roraima. Outra situação que não foi levada em consideração pela Agência é que vários blocos estão localizados em regiões de fronteira com o Peru, Argentina e Paraguai.

No último dia 13, diversas organizações ambientais realizaram um debate em São Paulo onde reafirmaram os impactos sócioambientais da exploração de xisto no Brasil e começaram a se articular para se contrapor à decisão do governo de estimular essa atividade no país, colocando em licitação áreas no Amazonas, Piauí, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso, Bahia, São Paulo e Paraná.

Mulheres petroleiras discutem estratégias de lutas e de organização em eventos no Sul e no Rio Grande do Norte

Neste sábado, 23, acontece em Porto Alegre o II Encontro Sul de Mulheres Petroleiras, que reunirá trabalhadoras do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para discutir reivindicações, planos de luta e formas de organização. O evento será realizado na sede do Sindipetro-RS, em Porto Alegre, a partir das 09 horas, com participação da socióloga Helena Bonumá, coordenadora técnica do Núcleo de Violência, Segurança e Direitos Humanos da GUAYÍ; da economista Marilane Oliveira Teixeira, assessora sindical, especialista em relações de trabalho e gênero; da ativista Cláudia Prates, da Marcha Mundial de Mulheres; e das sindicalistas Anacelie Azevedo, do Coletivo Nacional de Petroleiras Fupistas e do Coletivo de Mulheres Petroleiras do Sindipetro-PR/SC, Mara

Felts, da Secretaria de Formação da CUT, e de Lucimar Rodrigues, da Secretaria de Mulheres da CNQ. O Sindipetro-PR/SC disponibilizará ônibus para o evento.

Na semana seguinte, será a vez das petroleiras do Rio Grande do Norte se debruçarem sobre questões que continuam na ordem do dia das mulheres trabalhadoras. O IV Encontro de Mulheres Petroleiras do Rio Grande do Norte será realizado em dois dias (30/11 e 01/12) no Centro de Formação Marista, no município de Extremoz, e terá como tema “Militância pela Equidade com Valorização do Trabalho”. Uma das deliberações do Encontro será sobre a criação do Coletivo Estadual de Mulheres Petroleiras. Para facilitar a locomoção das participantes, o Sindipetro-RN disponibilizará ônibus de Natal e Mossoró.

Conquistas do ACT
2013/2015

Avanço automático de Pleno para Sênior

Desde os anos 90, a FUP luta por um sistema democrático de progressão de carreiras na Petrobrás e subsidiárias que valorize os trabalhadores e impeça privilégios e discriminações, como costuma acontecer quando o plano de cargos fica centralizado nas mãos dos gestores. O ACT 2013 garantiu o avanço automático de Pleno para Sênior, independentemente da avaliação das gerências, assim como havíamos conquistado em 2007, de Júnior para Pleno. No Acordo de 2011, a categoria já havia garantido o avanço automático de níveis a cada 12, 18 e 24 meses. Apesar da FUP cobrar que a progressão de Pleno para Sênior seja aplicada para todos os petroleiros, a direção da Petrobrás, por enquanto, só aceitou avançar nas carreiras de nível médio. A luta, portanto, continua para garantirmos a extensão dessa importante conquista aos trabalhadores de nível profissional.

Os petroleiros são uma das raríssimas categorias no mundo que conseguiram intervir na gestão do plano de cargos e carreiras, que na maioria das empresas é desenhado e implementado exclusivamente para atender aos interesses dos gestores, à revelia das reivindicações dos trabalhadores. A FUP lutou muito para que pudesse negociar com a Petrobrás um novo PCAC, resgatando em 2007 uma série de direitos que foram usurpados dos trabalhadores durante o governo tucano de FHC. Nada disso, no entanto, seria possível em um governo neoliberal.

Após 1995, a gestão tucana da Petrobrás transformou o plano de cargos no principal instrumento de cooptação e punição dos trabalhadores, principalmente após a greve de 95, quando o governo FHC acabou com o avanço de nível automático e congelou as carreiras da grande maioria dos petroleiros. O antigo PCAC era utilizado pelas gerências para controlar a categoria. Somente após a eleição do presidente Lula, a FUP conseguiu negociar com a empresa mudanças estruturais no plano de cargos, garantindo a recomposição salarial e a progressão funcional dos petroleiros que tiveram suas carreiras congeladas no governo FHC.

A intervenção da FUP no PCAC rompeu com a lógica perversa da meritocracia e da manipulação política por parte dos gestores. Ao conquistar o avanço automático de nível e de cargos, retirando das mãos das gerências o controle sobre a progressão das carreiras dos trabalhadores, a categoria sepultou o famigerado GD implantado em 1995. Uma conquista que vai além dos ganhos econômicos. Uma vitória ideológica dos petroleiros na disputa entre o capital e o trabalho.

Edição 1114 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21)3852-5002 imprensa@fup.org.br Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763

Texto: Alessandra Murteira - Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição: Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Dary, Divanilton, Enéias, Leopoldino, Chico Zé, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Simão, Ubiraney, Zé Maria,